

## MMC: DUAS OU TRÊS COISAS QUE EU SEI DELE

texto de apresentação de: MANUEL MARIA CARRILHO, *Pensar o mundo*, 2 vols., Grácio Editor, Coimbra, 2012, no auditório da Escola Artística Soares dos Reis, Porto, 23.11.2012

*Pensar o mundo*, título da reedição em dois volumes de todos os livros de Manuel Maria Carrilho (MMC) até à data, oferece-me uma oportunidade há muito desejada. A de publicamente dizer, em termos breves mas para mim imperativos, «duas ou três coisas que eu sei dele». Na verdade o que aqui me move não é tanto a apresentação de uma obra, ou de um pensamento, – até porque outros, como o próprio editor no prefácio desta reedição, o fizeram já com uma competência que me excede –, como uma homenagem ao pensador. Ou, melhor dizendo, a apresentação da obra aparece-me como a ocasião sobretudo para uma homenagem pública ao autor. Vejamos então essas «duas ou três coisas».

1. *Coerência da obra e do percurso de MMC*. Que há em MMC um percurso traçado pelas fases sucessivas da sua intervenção pública, pelas formas sucessivamente assumidas dessa intervenção, e que se reflecte nos seus textos como expressão dessas diferentes formas de intervir – é evidente. Cada um de nós sabe que uma fase inicial de carácter académico (mas que, como veremos, não foi simplesmente teórica) antecedeu uma fase de acção política (mas orientada, coisa rara entre nós, por um pensamento original sobre as políticas públicas de cultura) e uma fase mais recente de crítica hebdomadária do mundo actual, e da realidade portuguesa em particular, sempre num enfoque político-cultural (mas em que essa crítica se traduz em propostas concretas de revitalização da vida democrática e comunitária e, em síntese, no projecto daquilo a que o autor chama uma necessária «nova República»). Em suma, cada um de nós sabe que esse percurso começa pela filosofia para prosseguir na política e na cultura, na actividade da política cultural e na crítica da cultura como política. A própria organização desta reedição em dois únicos volumes dos textos de MMC – exactamente vinte livros escritos ao longo de trinta anos

(1982-2012) – sublinha esses distintos períodos da obra do autor e vem permitir uma visão panorâmica global dessa obra, uma percepção sincrónica dos «saltos» diacrónicos do percurso (mas também das suas menos evidentes continuidades, da lógica dessas rupturas, de que já falaremos). Com efeito, restituindo os textos na sua sequência cronológica, e nada mais lhes aponto do que um excelente prefácio do editor a abrir o volume I e um importante posfácio do autor a fechar o volume II, o primeiro volume (1982-1999) reúne os dez livros iniciais de MMC, todos de teoria ou filosofia, e ainda o seguinte *Hipóteses de cultura* (1999), o livro que recolhe, nas palavras do próprio autor, o que de fundamental marcou a sua actividade política como ministro da Cultura (1995-2000). Por sua vez o segundo volume (2001-2012) colige os vários livros, todos de índole política ou político-cultural e na generalidade constituídos por crónicas e outros textos previamente publicados em jornais, escritos pelo filósofo desde o fim dessa experiência governativa até ao presente. Em todo o caso, importa acrescentar, este *Pensar o mundo* permite também verificar que as citadas delimitações «macroscópicas» das fases do percurso de MMC se sobrepõem a outras divisões e rupturas intermédias, a inflexões ou evoluções por vezes menos perceptíveis mas que determinam os grandes saltos do percurso, por exemplo uma primitiva fase «epistemológica» e uma ulterior e decisiva «viragem retórica» no interior da fase filosófica.

Parece-me no entanto superficial ficarmos por uma ideia do percurso de MMC como uma mera sucessão de fases descontínuas tal que o filósofo teria em certo momento cedido o passo ao político e este num momento posterior ao cronista ou analista do mundo e que assim pois cada um desses consecutivos Carrilhos representaria o abandono mais ou menos completo e definitivo do anterior. O percurso do autor define-se a nosso ver por um sentido mais profundo do próprio termo e que explica a coerência da obra e a lógica interna desse percurso. Há uma máxima do filósofo Bergson significativamente recorrente nos textos e entrevistas de todas as fases da obra de MMC e que abre para a compreensão dessa obra: «pensar como um homem de acção e agir como um homem de pensamento». Esta máxima resume no essencial a coerência da obra do pensador através das diferentes tópicos (filosofia, política, cultura) predominantes em cada uma das suas fases, tanto mais que a lógica de um percurso nunca se definiu pela ausência nele de rupturas mas, ao contrário, pelo modo como cada fase

«exige» a sua ruptura necessária, a passagem à fase seguinte. A primeira fase filosófica de Carrilho, e o sentido nela da referida viragem retórica, longe de constituir um período inaugural de pensamento puro, hermético, polarizado em temáticas intemporais ou articuladas sobre a exclusão ou «elisão da contingência», caracteriza-se já, toda ela, por uma concepção enfaticamente prática do trabalho filosófico, da filosofia como campo de problemáticas abertas aos devires do mundo e como tal afirmativas da contingência intrínseca dos seus problemas. É isto que interessa vincar: desde o início, ou pelo menos com a maior transparência desde a mutação retórico-pragmática do autor, a filosofia perspectiva-se com MMC, e até mesmo nas suas matrizes clássicas, nos modelos de racionalidade essencialistas e universalistas da tradição filosófica, como o espaço de problematizações dinâmicas e contextuais do mundo, como a exploração segundo processos sempre específicos de racionalização de uma tensão problemática ineliminável, e de recorte histórico variável, entre o homem e o mundo. Já aí a filosofia aparece como cultura, quer dizer, não como um saber ou uma ciência puros fundados numa razão axiomática supra-histórica mas como uma disciplina participante sem privilégios, críticos ou reflexivos, na conversa da cultura, ou seja, nos jogos históricos contingentes da cultura vista como um «diálogo» ou uma interpelação recíproca em que nenhum dos participantes, nem portanto também a arte, a literatura, a política, a teologia e nem mesmo a ciência, pode arrogar-se qualquer espécie de privilégio ou de preeminência. Por outro lado, destaque-se, foi ainda e sempre como filósofo e em função dessa imagem da filosofia como cultura que MMC entendeu dever passar à acção política e à intervenção cultural como formas mais *engagées* da sua relação com o «espaço público». Em resumo, e como antes de mim o afirmou Miguel Real, a própria teoria filosófica de MMC solicitava de algum modo o seu prolongamento prático, social, comunitário e a actividade política e cultural do autor até ao presente permanece filosoficamente orientada, é, em absoluto, obra de um pensador. Essa actividade não significou e continua a não significar (veja-se os projectos de Carrilho enunciados no posfácio inédito desta reedição) uma renúncia à filosofia e a passagem a outra coisa mas a expressão consequente do pragmatismo filosófico de MMC, da filosofia como pensamento implicado, auto-implicado, no mundo e nas suas contingências. *Pensar o mundo* é não por acaso o título geral desta

obra (provisoriamente) completa: ele designa o objectivo comum dos vinte livros do autor.

2. *O efeito-Carrilho na cena filosófica*. A partir deste ponto limitar-me-ei, para ser rápido, a algumas indicações sumárias. Em recente entrevista (*JL* n.º 1096, 03.10.2012) MMC dizia ter encontrado, como estudante universitário de filosofia, «uma licenciatura em que a Filosofia acabava no século XIX e cheirava a mofo». E acrescentava: «o combate contra esse carunchoso status quo tornou-se naturalmente para mim um imperativo». Não sei se ele concorda, mas pela minha parte não me parece que a situação universitária da filosofia, de uma maneira geral, se tenha entretanto alterado por aí além. Os cursos filosóficos integraram sem dúvida desde então certas referências fundamentais do pensamento do século XX e até das últimas décadas, mas quase sempre para reduzi-las a rumações bafientas, para segregar com elas novas escolásticas tão sufocantes como as antigas. Por outro lado continua a ser uma triste verdade o que MMC escrevia nas primeiras linhas do seu livro sobre *Filosofia* (1994): «É rara, entre nós, a palavra dos filósofos. Por razões muito diversas, em que pesam tanto o tribalismo universitário como o deslumbramento mediático, a filosofia vive na cultura portuguesa numa quase clandestinidade institucional». E no entanto qualquer coisa mudou, melhorou visivelmente, na cena filosófica nacional durante os últimos trinta anos e que tem na génese a marca, não exclusiva mas decisiva, de MMC. Desde logo foi ele, envolvendo-se no tal «combate imperativo», o primeiro a dar o exemplo entre nós, no pós-25 de Abril, de uma prática filosófica em fecunda interlocução com as principais filosofias do seu tempo mas original, alheia a modas, mimetismos ou complexos provincianos de menoridade ou de acantonamento numa tradição ideologicamente reactiva de específica «filosofia portuguesa». Dessa prática viria a resultar a singular filosofia neoperspectivista do autor, o seu «perspectivismo pragmático», cujo mérito teve reconhecimento internacional e que achou o seu discurso do método ou texto matricial em *Jogos de racionalidade* (1994). Mas o efeito-Carrilho na cultura filosófica portuguesa não ficou por esse seu exemplo como filósofo. Segue-se uma lista breve e incompleta da relevante actividade do autor nessa cena. Ligação desde a fundação ao Departamento de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa e responsabilidade pela vinda para esse Departamento de importantes pensadores portugueses então exilados além-fronteiras.

Criação de revistas de filosofia, também com colaboração estrangeira, ao nível do que de melhor se publicava lá fora, e ainda de colecções de ensaios filosóficos que promoveram a edição de jovens autores nacionais e a tradução de consagrados filósofos contemporâneos inéditos entre nós. Organização de colóquios, debates e conferências e, em tantos deles, de prestigiantes participações internacionais. Empenhamento teórico e prático na renovação do ensino da filosofia, que teve a sua culminância na proposta em 1989, por solicitação oficial, de um novo programa da disciplina de Filosofia no ensino secundário, o único programa até à data capaz de tirar a disciplina do eclectismo cinzento em que ela sobrevive, e que acabou politicamente reprovado por pressão corporativa da comunidade, filosoficamente conservadora e intelectualmente medíocre, dos professores de filosofia. Etc., etc. Mas passemos a outra coisa.

3. *A cultura e a ética no coração da política.* Já muitos o disseram: no exercício da sua máxima responsabilidade política até agora, Carrilho não foi um ministro da Cultura entre outros: foi o *único* ministro da Cultura da II República Portuguesa. Porque para o filósofo Carrilho, e por conseguinte também para o Carrilho político, a política cultural não representa uma dimensão periférica, menor, de mero prestígio, da política em sentido estrito. Pelo contrário, a cultura é para ele o exacto coração da política em geral, o substrato da autêntica vida democrática, a condição básica do desenvolvimento da liberdade colectiva e da afirmação de um povo. É este o tema transversal de grande parte dos textos agora republicados, sobretudo dos do volume II. Recentemente ainda, na entrevista ao *JL*, MMC recordava: «o desígnio [à frente do Ministério] era fazer da cultura uma dimensão estruturante do desenvolvimento do país e da qualificação das pessoas». Um desígnio entretanto liquidado na catastrófica redução da gestão política às políticas económicas e destas às políticas financeiras e que arrastou o país para a presente crise sem saída à vista, até porque, como diz o autor na mesma entrevista, «a crise que vivemos é, antes de mais, de ideias» e só com novas ideias haverá saída, e não com as máquinas de calcular dos gestores políticos, não com a vigente «estupidez sistémica» como diz MMC citando Bernard Stiegler. Por isso vem MMC insistindo que há que refundar a política, e a própria democracia, e revalorizar as políticas públicas de cultura. Há que refundar a República, «isto já lá não vai sem uma ruptura que inverta o processo de descredibilização partidária, de desvitalização democrática e de

desqualificação generalizada (do território, das instituições e das pessoas) em que vivemos. Precisamos mesmo de uma “nova República”, como defendi no meu penúltimo livro» (*ibidem*).

E é porque para MMC o jogo político só faz sentido em função de valores não traficáveis no comércio dos interesses e das conveniências que ele deu em 2009 um extraordinário exemplo de dignidade e de carácter, quase ímpar nestes tempos de gangsters travestidos de políticos. À época embaixador português na UNESCO, MMC contrariou as instruções do governo que representava e recusou-se a votar no candidato egípcio a secretário-geral daquela organização, o ministro da Cultura do seu país e célebre como censor de livros, de filmes e da imprensa, e sinistra réplica dos seus antepassados o califa Omar e os nazis e que pouco antes afirmara que queimaria pessoalmente todos os livros de cultura hebraica que encontrasse na Biblioteca de Alexandria. O acto de desobediência político-diplomática de MMC exprime uma verticalidade ética e, mais ainda, uma coragem que raros dos seus críticos podem ostentar. O que me permite passar ao último ponto.

4. *Amizade, fidelidade*. A inveja, a mediocridade e a estupidez, talvez as três coisas do mundo mais bem distribuídas, cinzelaram o retrato de um Carrilho vaidoso, adorador de jogos de poder e de protagonismo mediático, um retrato feito pois de públicos defeitos. Mas poucos têm o privilégio de, como o Rui Alexandre Grácio e eu, conhecer um outro Carrilho, «pessoal e intransmissível», e algumas das suas virtudes privadas. Refiro-me ao homem com um excepcional sentido da amizade e de fidelidade aos amigos. Foi esse homem, mais do que o filósofo e o político, que quis aqui homenagear. Aplicam-se a ele as suas próprias palavras de homenagem póstuma ao amigo Eduardo Prado Coelho, reproduzidas nas páginas do livro *E agora? Por uma nova República* (2010): «a curiosidade numa sociedade de indiferentes, a generosidade numa época de calculismos, o cosmopolitismo numa terra de provincianos» (vol. II, p. 439). É este o meu retrato de MMC.

SOUSA DIAS